

COVID-19 E O DEPÓSITO ON-LINE DE CONTEÚDO: A ESCOLA CERTIFICA A SUA CRISE

Carmen Lúcia Melo de Souza

A pandemia da Covid-19 fez com que 87% de todos os alunos do mundo deixassem de ir à escola, estima a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020). O ensino remoto foi a alternativa adotada para resolver o problema em boa parte dos países, incluindo o Brasil. Porém, além de esbarrar na falta de recursos tecnológicos — 17% dos jovens brasileiros vivem em casas sem acesso à internet, calcula também a ONU (2020) —, a medida evidencia uma característica estruturante das instituições de ensino: dar prioridade à entrega de conteúdo. Cumprir o cronograma definido antes da crise sanitária parece mais urgente do que adequar os processos de ensino ao momento de excepcionalidade. Diante desse cenário, cabe a pergunta: quais os possíveis desdobramentos de um ensino remoto inesperado que mantém a lógica tradicional instrucionista?

Partamos do que move o jeito contemporâneo de instruir. Como afirma Illich (1985), limitar o ensino à obediência a um roteiro de conteúdos só tem sentido quando se objetiva formar indivíduos escolarizados. O que aparentemente pode ser algo vantajoso — considerando que a escola é entendida como o local que forma jovens para ser alguém na vida (MOREIRA, 2014) — se revela um processo que limita toda a potencialidade da aprendizagem humana.

A regra escolar é não fugir de um script que estabelece como e o que ensinar de acordo com a idade de crianças e adolescentes. E as atuais aulas remotas demonstram que essa obrigação não muda quando alunos e professores deixam de atuar no cenário clássico. A faceta mercadológica do ensinar, tão discutida por Paulo Freire e Ivan Illich, não permite tamanha alteração.

Segundo Illich (1985), a aprendizagem humana, essencialmente ligada à nossa existência social, foi sendo transformada em mercadoria. O aprender coletivo perdeu sua importância à medida que o educar passou a ser entendido como um serviço prestado por profissionais especializados. Embrulhamos a educação, como ilustra o pensador austríaco, e, conseqüentemente, começamos a dar valor às pessoas conforme a quantidade de produtos, ou certificados, que elas adquirem.

Freire recorre a jargões do sistema financeiro para refletir sobre o fenômeno. Segundo o pensador brasileiro, as escolas funcionam como um sistema bancário, em que o professor (o caixa) repassa os conteúdos (o dinheiro) à conta a ser preenchida, ou seja, ao aluno. A educação

resume-se, dessa forma, ao “ato de depositar” (FREIRE, 1987, p. 58 apud MOREIRA, 2014, p.38), em que tanto alunos quanto professores têm papéis definidos por uma lógica de aprender programada e que hierarquiza os indivíduos conforme o saldo de diplomas acumulados.

Não acompanhar essa engrenagem, portanto, é estar excluído socialmente. Por outro lado, fazer parte desse mecanismo implica dar conta de responder rapidamente às demandas que surgem, ainda que elas surpreendam até mesmo os banqueiros da educação. Na atual pandemia, as salas de aula foram esvaziadas. Mas rapidamente, diante do risco de perder o ano letivo e empoeirar diplomas, optou-se pelo depósito on-line de conhecimento.

Esse movimento de teletransportar a sala de aula para a casa daqueles que se dirigiam a ela para “ser alguém na vida” acabou evidenciando as grandes incompatibilidades da sociedade escolarizada. Trata-se de uma estrutura de aprendizagem que constrange em frentes diversas, segundo Illich (1985), tanto materiais quanto sociais.

Do ponto de vista tecnológico, os recursos exigidos não são de fácil acesso. Para acompanhar as soluções pedagógicas implementadas, por exemplo, os alunos precisam de um dispositivo eletrônico e de um pacote de dados mais robusto, cujo valor corresponde a uma parcela significativa da renda de boa parte dos brasileiros. Vale lembrar que, nos países, 23,9% das famílias têm até dois salários mínimos para cobrir gastos que não se limitam à educação dos filhos (IBGE, 2019).

Do ponto de vista sociocultural, as limitações das escolas em tempo de pandemia são evidenciadas por questões como a dificuldade dos pais em acompanhar a educação remota dos filhos — por falta de tempo ou de domínio dos conteúdos — e o desinteresse dos jovens pelo formato de instrução adotado, ainda que eles façam parte de uma geração extremamente familiarizada com os recursos tecnológicos.

Esses desencontros, ao meu ver, reforçam a urgência de mudanças no sistema educacional. Este é o tempo de construir coletivamente trajetórias de aprendizagem, não de cumprir cronogramas de ensino e entregar certificados. A tecnologia pode, inclusive, ser uma forte ferramenta dessa transformação. Até porque, como lembra Souza (2017), ela teve papel central no surgimento de novas formas de pensar o mundo durante a transição da Antiguidade para a Idade Média. Dos textos lidos nas escolas monásticas ao surgimento de livros que cabem no bolso, o homem revolucionou as formas de pensar, ler, escrever e disseminar ideias.

Há, agora, uma nova transformação em curso, impulsionada pela diversidade no compartilhamento de informações proporcionada pelos artefatos tecnológicos. Esses recursos, inclusive, são apresentados como garantidores de que a Covid-19 não vai interromper a escolarização de crianças e adolescentes. Mas as fórmulas adotadas seguem muito parecidas

com o que Aristóteles idealizava séculos antes do início da contagem do calendário cristão. Souza (2017) resume como uma educação concebida como repetição, em que o aluno retém o conhecimento exposto pelo professor e o replica em exercícios.

As recentes decisões anunciadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para o ensino remoto ilustram bem essa amarra ao passado. Alunos de escolas públicas com dificuldade de acessar as aulas receberão os conteúdos impressos em casa. Além disso, as provas/tarefas serão feitas com material disponibilizado de forma digital ou entregue nas residências, com a obrigatoriedade de os pais devolverem o documento à unidade de ensino (ALCÂNTARA, 2020).

Esses mesmos investimentos e recursos tecnológicos poderiam ser direcionados a uma educação libertadora. Uma educação que estimula o pensamento autônomo e se baseia na aprendizagem a partir das vivências cotidianas, como defende Paulo Freire (MOREIRA, 2014). Nesse sentido, compensações como as propostas pelo GDF só endurecem distâncias e discriminações. Segundo Illich (1985), as pessoas de baixa renda precisam de “verba para poderem aprender, não para se certificarem, pelo tratamento, de suas pretensas deficiências desproporcionais” (p.21).

A própria pandemia é um momento de aprendizagem. Em vez de cumprir os roteiros, as escolas poderiam estimular os alunos, independentemente de suas condições financeiras, a refletirem e construírem significados a partir das restrições sociais inesperadas. Compartilhar experiências vividas na pandemia faz mais sentido, do ponto de vista da aprendizagem humana, do que tirar a nota que funcionará como senha para a série seguinte. Trata-se de uma virada brusca na forma de pensar, e fazer, a educação, reconheço. Mas, definitivamente, não estamos em tempos de regularidade. Em vez de certificar sua crise histórica, a escola tem a oportunidade de começar a trilhar um caminho libertário.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M.. Não vai ter prova: pandemia muda avaliação de alunos da rede pública do DF. **Metrópoles**. 2020 Disponível em <https://www.metropoles.com/distrito-federal/nao-vai-ter-prova-pandemia-muda-avaliacao-de-alunos-da-rede-publica-do-df>. Acesso em: 24 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. POF 2017-2018: Famílias com até R\$ 1,9 mil destinam 61,2% de seus gastos à alimentação e habitação. **Agência IBGE de Notícias**. 2109. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013->

agencia-de-noticias/releases/25598-pof-2017-2018-familias-com-ate-r-1-9-mil-destinam-61-2-de-seus-gastos-a-alimentacao-e-habitacao. Acesso em: 24 jun. 2010.

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREIRA, D.L.. **Dificuldade de aprendizagem: um conceito oriundo da educação bancária**. 2014. 82 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Fechar escolas desestabilizou vida de crianças; como podemos ajudá-las a continuar aprendendo**, 2020. Disponível em <https://nacoesunidas.org/artigo-fechar-escolas-desestabilizou-a-vida-de-criancas-em-todo-o-mundo-como-podemos-ajuda-las-a-continuar-aprendendo>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SOUZA, J. M. E.. **Escola! Cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora**. 2017. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.